

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1020185-71.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Kayo Willian de Souza**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO N. 1020185-71.2015****VISTOS**

KAYO WILLIAN DE SOUZA ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em data de 05/05/2015, do qual sofreu lesões de natureza grave. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento de indenização no importe de R\$ 13.500,00. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando que não há nexo causal e assim o autor não faz jus a nenhuma indenização.

Sobreveio réplica às fls. 81/87.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Deferida a prova pericial pelo despacho de fls. 88/89 o laudo do expert foi encartado a fls. 155/157.

Na sequência, as partes se manifestaram sobre o trabalho técnico (fls. 164/165 – Seguradora e a fls. 166/167 – autora).

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 05/05/2015.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu durante a sua vigência.

No entanto, o autor não faz jus a qualquer indenização.

Conforme constatado pelo expert, não há nexo de causalidade entre o acidente e a incapacidade que acomete o requerente.

Múltiplos podem ser os fatores que causaram a incapacidade do autor e nenhum deles, segundo o vistor, tem relação com o sinistro descrito na portal (podem ter vínculo com outro, mas não com aquele).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quando da perícia, o vistor mencionou não dispor de elementos de segurança para quantificar em percentual as lesões/reduções oriundas do acidente ocorrido em 05/05/2015.

No documento policial existe uma singela referência a “escoriações” e “luxação no ombro **direito**” (v. fls. 22, com destaque meu). Ocorre que a perícia constatou atrofia muscular no membro superior **esquerdo** – com cicatriz extensa na face lateral do braço e comprometimento das articulações do cotovelo e ombro **esquerdos**. Isso sem contar problemas de mobilidade na **coluna** ao nível tóraco-lombar.

Ou seja – as lesões incapacitantes não foram ocasionadas no acidente trazido com a inicial.

Para o deferimento do pagamento da indenização do seguro DPVAT, deve haver prova de que a incapacidade do autor deve estar ligada ao acidente sofrido e nestes autos, tal não ocorreu (tudo indica a ocorrência de incapacidade, todavia, decorrente de outro evento).

Para o autor obter indenização referente ao **segundo acidente, ocorrido em 29/05/2016** poderá lançar mão de uma ação específica.

Destarte, nesta presente caso, só resta ao Juízo a proclamação da improcedência do pedido contido na portal.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,
JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL.

Sucumbente, arcará o autor com o pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da Seguradora-requerida, que fixo, por equidade, em 10% do valor dado à causa. No entanto, deve ser observado o disposto no art. 98, parágrafo 3º do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**